

CAPEMISA INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL

**BALANÇO SEM FINS LUCRATIVOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da
CAPEMISA INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CAPEMISA INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL** (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAPEMISA INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme descrito na nota explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2017, na rubrica Títulos e Créditos a Receber, classificada no ativo não-circulante, está registrado o montante de R\$ 3.400 mil, referente a valor de investimento mantido para venda na Salutar Saúde Seguradora S/A, cuja realização depende de êxito na conclusão do processo de negociação e da apuração de valores a pagar pelo Instituto, os quais deverão ser compensados com o referido crédito.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016:

Em 20 de abril de 2017 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da **CAPEMISA INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que ora estão sendo reapresentadas para a correção dos assuntos descritos na nota explicativa nº 16 - Retificação de Erro. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 16 que foram efetuados para alterar as informações contábeis de 31 de dezembro de 2016 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2016 do balanço patrimonial (que foram derivados das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional

e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se

existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2018

Atenciosamente,

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes

CRC-RJ 005.333/O-0

Paulo Buzzi Filho

Contador - CRC-RJ - nº071.138/O-5

CAPEMISA INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL
CNPJ Nº 33.287.319/0001-07
BALANÇO PATRIMONIAL
Encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2017	2016	2015	PASSIVO	Notas	2017	2016	2015
			(Reapresentado)	(Reapresentado)				(Reapresentado)	(Reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalente de Caixa	9	59	414		Obrigações a Pagar		1.064	344	378
Caixa e Banco - sem restrições		-	59	85	Impostos e encargos sociais a recolher		33	14	20
Aplicações Financeiras - sem restrições		-	-	329	Encargos trabalhistas		191	61	-
					Impostos e contribuições		13	3	5
Títulos e créditos a Receber	10	2.325	869	7.140	Obrigações com parceiras de assistência social		-	-	209
Títulos e créditos a Receber		191	869	7.140	Valores a Pagar	15.a	912	2.995	-
Dividendos a Receber	14	2.127	-	-	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		2.213	3.417	612
Depósitos Judiciais		7	-	-					
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		2.325	928	7.554					
ATIVO NÃO CIRCULANTE					PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo		6.367	5.794	5.451	Valores a Pagar		-	912	3.895
Títulos e créditos a Receber	10	4.350	4.350	4.350	Provisões para Contingências	15.a	12.613	12.613	1.101
Depósitos Judiciais		2.017	1.444	1.101	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		12.613	13.525	4.996
Investimentos		303.147	270.537	240.217					
Participações Societárias	11	288.167	254.896	223.916	PATRIMÔNIO SOCIAL	3.7			
Imóveis Destinados a Renda - Assistência Social	12	14.975	15.636	16.296	Superávits Acumulados		312.585	276.608	265.345
Outros Investimentos		5	5	5	TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL		312.585	276.608	265.345
Imobilizado		15.572	16.291	17.731					
Imóveis de Uso de Atividade de Assistência Social	13	15.479	16.155	17.578					
Bem Móveis		94	136	153					
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		325.086	292.622	263.399					
TOTAL DO ATIVO		327.411	293.550	270.953	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO SOCIAL		327.411	293.550	270.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CAPEMISA INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL
CNPJ Nº 33.287.319/0001-07
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL - SEM RESTRIÇÃO		
RECEITAS DA ATIVIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Receita com Serviços Voluntários	-	61
Total da Receita da Atividade de Assistência Social	<u>-</u>	<u>61</u>
RECEITAS DE CAPTAÇÕES ESPECIAIS		
Receitas Patrimoniais	747	1.147
Outras Receitas Operacionais	14	5
Receita Financeira	1	213
Total da Receita de Captações Especiais	<u>762</u>	<u>1.365</u>
Total da Receita Operacional - Sem Restrição	<u>762</u>	<u>1.426</u>
Outras Receitas Não Operacionais	1.492	-
TOTAL DA RECEITA BRUTA	<u>2.254</u>	<u>1.426</u>
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
PROGRAMAS E PROJETOS SÓCIO ASSISTENCIAIS	(2.261)	(5.628)
OUTRAS DESPESAS VINCULADAS A ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Despesas Patrimoniais	(559)	(386)
Depreciação dos Bens Patrimoniais	(661)	(660)
Total outras despesas vinculadas a assistência social	<u>(1.220)</u>	<u>(1.046)</u>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Despesas com Pessoal	(838)	(773)
Serviços Pessoa Jurídica	(1.684)	(461)
Depreciações e Amortizações	(710)	(735)
Outras Despesas Administrativas	(189)	(584)
Total das Despesas Administrativas	<u>(3.421)</u>	<u>(2.553)</u>
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
Impostos	(1)	(363)
Contribuições	(13)	(24)
Total das Despesas Tributárias	<u>(14)</u>	<u>(387)</u>
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(6.916)</u>	<u>(9.614)</u>
Resultado dos Investimentos em Controladas e Coligadas (equivalência Patrimonial)	<u>40.688</u>	<u>32.377</u>
DESPESAS FINANCEIRAS		
Despesas Financeiras	(49)	(2)
Despesas Financeiras	<u>(49)</u>	<u>(2)</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS PATRIMONIAIS		
Constituição de provisão para Contingências	-	(11.528)
Total das Outras Despesas Patrimoniais	<u>-</u>	<u>(11.528)</u>
SUPERAVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	<u>35.977</u>	<u>12.659</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CAPEMISA INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL
CNPJ Nº 33.287.319/0001-07
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
Encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

MOVIMENTAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	TOTAL
Saldos em 1º.01.2016 (originalmente apresentado)	282.913	282.913
Ajuste por refazimento das demonstrações financeiras	(17.568)	(17.568)
Saldos em 1º.01.2016 (reapresentado)	265.345	265.345
Títulos e Valores Mobiliários: Ajuste Positivo Reflexo	(1.396)	(1.396)
Superávit do Exercício de 2016	12.659	12.659
Saldos em 31.12.2016 (reapresentado)	276.608	276.608
Superávit do Exercício de 2017	35.977	35.977
Saldos em 31.12.2017	312.585	312.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CAPEMISA INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL
CNPJ Nº 33.287.319/0001-07
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (Reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / Déficit do Exercício	35.977	12.659
Depreciação	1.371	1.395
Resultado de Equivalência Patrimonial	(40.688)	(32.377)
Perda baixa de imobilizado	10	-
Outros ajustes (Reflexos investida)	-	104
Resultado do Exercício Ajustado	(3.330)	(18.219)
Redução do Depósitos Judiciais	(580)	(343)
Aumento (Redução) dos Ativos	678	6.274
Aumento (Redução) dos Ativos Circulantes e Não Circulante	98	5.931
Redução (Aumento) de Fornecedores e Outras contas a pagar	850	(276)
Redução (Aumento) de Obrigações Tributárias	29	(8)
Aumento das Provisões Judiciais	-	11.512
Aumento dos Passivos Circulantes e Não Circulante	879	11.228
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.353)	(1.060)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Dividendos Recebidos	5.289	-
Ajustes para Perda de Investimentos	(2.995)	-
Aquisição de Imobilizado	-	(38)
Alienação de Imobilizado	-	743
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2.294	705
REDUÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	(59)	(355)
COMPOSIÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	59	414
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	59
RESULTADO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	(59)	(355)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CAPEMISA INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL
CNPJ: 33.287.319/0001-07
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
(em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

CAPEMISA Instituto de Ação Social, é uma entidade constituída sob a forma de associação para fins não econômicos, tem como objetivo promover a assistência social, prestando assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro às Organizações de Assistência Social parceiras realiza ações de defesa e garantia de direitos e mantém a instituição Lar Fabiano de Cristo. O assessoramento político, técnico administrativo e financeiro contribuem na melhora dos serviços prestados pelas organizações parceiras no território em que atuam, fortalecendo a rede socioassistencial do SUAS, colaborando com a proteção social às famílias, à infância, à juventude e ao idoso em situação de vulnerabilidade social. É declarada de Utilidade Pública Federal desde 23 de novembro de 1967 pelo Ministério da Justiça.

A CAPEMISA participa majoritariamente na condição de controladora das companhias CAPEMISA – Seguradora de Vida e Previdência S/A e Salutar Saúde Seguradora S/A, sendo a primeira sua principal fonte de recursos para cumprir seus objetivos institucionais, além disto, obtém de recursos de doação de seus associados cooperadores e da locação de imóveis que mantém para auferir renda. Os recursos captados contribuem para manutenção integral do Lar Fabiano de Cristo e conceder assessoramento político, técnico, administrativo e/ou financeiro a 66 instituições parceiras sem fins lucrativos da área de assistência social. Desta forma, a CAPEMISA Instituto de Ação Social beneficia milhares de pessoas das camadas mais vulneráveis da população, em todo país.

Esta entidade desenvolve, dentre outros, os seguintes programas e projetos:

- Articulação CAPEMISA Social/ Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – FNDCA;
- Articulação Rede Nacional Primeira Infância;
- Participação no Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes;
- Construção de Metodologia para implantação de grupos de convivência;
- Assessoramento á entidades na Defesa e Garantia de Direitos;
- Projeto de implantação de entidade de assessoramento;
- Projeto de implantação de entidade de atendimento;
- Membro do GT de assessores técnicos, formado por contadores, advogados e assistentes sociais das grandes entidades de origem religiosa com o objetivo de estudar as legislações para orientar as entidades e tentar intervir na construção e modificação das leis;

- Reordenamento e/ ou alinhamento de entidades nos diversos estados do país para melhor se adequarem a Política Nacional de Assistência Social;
- Capacitação de diretores, gestores, voluntários e trabalhadores em diversas localidades do Brasil para o fortalecimento da rede socioassistencial privada;
- Assessoramento Jurídico e Administrativo a entidades de diversas localidades do país;
- Através do assessoramento técnico, político, administrativo e financeiro, contribui com o fortalecimento e qualificação das entidades quanto ao planejamento, gestão, monitoramento, avaliação, captação de recursos, oferta e execução dos serviços, programas e projetos desenvolvidos por estas;
- Fomento e apoio a projetos de inclusão cidadã, nos diversos estados do país, visando o enfrentamento da pobreza e o desenvolvimento social e econômico, estimulando o desenvolvimento integral sustentável das comunidades;
- Desenvolvimento e construção de modelo de trabalho para Novas Frentes;
- Assessoramento a entidades que realizam serviços socioassistenciais com comunidades tradicionais (quilombos e ciganos em Macapá/AP e Distrito Federal/ DF, respectivamente), população em situação de rua e população carcerária (Belém/PA), migrantes, refugiados, pessoas traficadas, liberdade assistida, apoio a mulher e crianças vítimas de violência doméstica e sexual (Guarulhos/SP), projeto de fronteiras contra o tráfico de crianças (Região Norte).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais da CAPEMISA Instituto de Ação Social foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002, a qual estabeleceu critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações financeiras, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucro. Além disto, as demonstrações estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

Esta divulgação refere-se apenas as demonstrações individuais da CAPEMISA Instituto de Ação Social.

3. Principais Diretrizes, Políticas e Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pela Diretoria e Conselho Fiscal da CAPEMISA Instituto de Ação Social.

As principais políticas e diretrizes contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do instituto, foram as seguintes:

3.1 Caixa e Equivalentes De Caixa

Refere-se a dinheiro em caixa e os valores equivalentes, incluem os saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis em curto prazo, demonstradas ao custo e acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício social de 2017 e 2016.

3.2 Demais Ativos Circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização.

3.3. Investimentos

Segundo a Instrução Normativa nº 113/98 “considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento de seus objetivos sociais”. Conforme o art. 32 do Estatuto Social “a CAPEMISA Social aplicará integralmente no Brasil os seus recursos, na manutenção, desenvolvimento e **ampliação dos seus objetivos e finalidades sociais e institucionais**”.

Estão representados pelas participações acionárias em outras empresas e pelos imóveis de renda, que são avaliados pelo custo de aquisição e deduzidos na depreciação acumulada calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida útil constante nos laudos de avaliação. Também estão representados por participação em outros investimentos.

3.4. Imobilizado

É demonstrado pelo valor de custo dos imóveis acrescido do valor reavaliados e deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil constante nos laudos de avaliação, sendo os demais itens avaliados ao custo e depreciados linearmente de acordo com a legislação fiscal.

3.5 Programas e Parcerias da Atividade de Assistência Social

A CAPEMISA Instituto de Ação Social reconhece o resultado das parcerias que mantém, registra com base no regime de competência, efetua apropriação dos adiantamentos e as despesas com base na documentação comprobatória dos gastos efetuados no período.

3.6 Passivo Circulante

O passivo da entidade está registrado pelo valor atualizado até a data do encerramento do exercício. Sendo que os fornecedores de materiais e serviços, obrigações com entidades parceiras e conveniadas estão reconhecidos a obrigação pelo valor histórico em 31 de dezembro de 2017.

3.7 Patrimônio Social

O patrimônio social da CAPEMISA Instituto de Ação Social é constituído de rendas, recursos próprios e especiais, oriundos de seu resultado operacional que são aplicados integralmente no território nacional para manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais e estatutários.

3.8 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui: os efeitos calculados a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos e passivos; o resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As doações e contribuições espontâneas e sem destinação específica para os programas e projetos são reconhecidos como receitas quando recebidas.

4. Isenções

4.1 Isenções Federais

A imunidade tributária para entidades beneficentes de assistência social está prevista no artigo 195 §7º, da Constituição Federal de 1998, “são isentas de contribuição para a seguridade social às entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei”. A CAPEMISA Social, conforme o art. 1º do Estatuto Social, é uma associação para fins não econômicos, de âmbito nacional, de assistência social. De forma, possui os requisitos necessários para imunidade tributária e previdenciária.

De acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, a CAPEMISA Instituto de Ação Social tem isenção de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), logo é classificada perante a Receita Federal e demais esferas públicas como entidade Isenta.

A isenção estimada de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), é correspondente às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

Os recursos usufruídos por isenção foram totalmente revertidos nos projetos e programas de Assistência Social da CAPEMISA Instituto de Ação Social.

4.2. Isenção Previdenciária

A CAPEMISA Instituto de Ação Social encontra-se com processo de Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS no Ministério de Desenvolvimento Social – MDS sob nº de protocolo 71000.070581/2015-80. Importa ressaltar, que todos os processos em análise do MDS de Entidades Beneficentes de Assistência Social que prestam assessoramento, assim como defesa e garantia de direitos (art. 3º da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS) encontram-se suspensos, haja vista que o Ministério apoia o Grupo de Trabalho – GT responsável por discutir e propor soluções e caminhos para a difusão, qualificação e consolidação das práticas de assessoramento, defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social Brasileira. A CAPEMISA Instituto de Ação Social compõe o referido GT. Após finalização deste e publicação de documento orientador pelo MDS, constando as orientações para Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social que prestam assessoramento, assim como defesa e garantia de direitos, os processos retornarão para análise.

A CAPEMISA Instituto de Ação Social não é isenta das contribuições destinadas à Previdência Social, por não ter obtido a certificação exigida para concessão deste benefício.

5. Certificados e Títulos

- Utilidade Pública no âmbito Federal – Diário Oficial da União de 23 de novembro de 1967 do Ministério da Justiça.
- Utilidade Pública no âmbito Estadual - Decreto-Lei nº 179/75, Lei nº 3.383/00, Resolução SEASDH nº 267 de 23 de julho de 2010 do Governo do Estado do Rio de Janeiro.
- Utilidade Pública no âmbito Municipal – Lei nº 5.242/2011, Projeto de Lei nº 1.028-A, de 2014, Diário Oficial do Município de 10 de abril de 2015.
- Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro – CMAS/RJ – Inscrição nº 924
- Conselho Municipal de Assistência Social de Salvador – CMAS – Inscrição nº 230
- Conselheira Nacional no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS gestão 2016/2018
- Vice Presidente no Conselho Municipal de Assistência Social Rio de Janeiro – CMAS gestão 2017/2019
- Secretária Nacional do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e Adolescentes – FNDCA gestões 2015/2017 e 2018 /2020.

6. Gratuidades

Os serviços oferecidos pela CAPEMISA Instituto de Ação Social são gratuitos, não havendo qualquer tipo de cobrança financeira aos seus públicos assistidos.

7. Voluntários

A CAPEMISA Instituto de Ação Social possui voluntários nos termos da Lei nº 9.608/98, estes realizam atividades e prestam serviços sem qualquer cobrança de honorários.

Demonstramos e quantificamos em horas de dedicação o trabalho voluntário, conforme apresentado a seguir:

	Trabalho voluntário no assessoramento técnico	
	CARGA HORARIA	
	2017	2016
Programa de educação permanente	-	162
Apoio e orientação jurídica	-	120
Orientação Contábil	-	0
Apoio Técnico	-	60
	-	342

Não foram prestados serviços voluntários para a Capemisa Instituto de Ação Social durante o exercício de 2017.

8. Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.296/10, de 17/09/2010, que aprovou a NBC T 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução nº 1.152/2009, que aprovou a NBC T 19.18. O método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Instituição optou foi o indireto.

9. Caixa e Equivalentes De Caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o total de caixa e equivalentes de caixa, sem restrições, era composto da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Bancos	-	59
Fundos de investimentos	-	-
Total	-	59

As aplicações referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa.

10. Títulos e Créditos A Receber - Não Circulante

Refere-se basicamente ao investimento mantido para venda na Salutar Saúde Seguradora S/A no montante de R\$ 3.400. Em 31 de dezembro de 2017, a realização deste montante depende do êxito na conclusão do processo de negociação e da apuração de valores a pagar pelo Instituto que deverão ser compensados com o referido crédito.

11. Investimentos

- **Participações societárias - CAPEMISA - Seguradora de Vida e Previdência S/A** - (participação direta de 99,49%), com capital social de R\$ 270.797 em 2017 e R\$ 638.363 em 2016, patrimônio líquido de R\$ 289.495 (R\$ 256.059 em 2016), e Lucro Líquido de R\$ 40.889 (Lucro Líquido de R\$ 32.541 em 2016).
- **Capemisa Capitalização S/A** – (participação direta de 0,91% e participação indireta de 98,58%). Constituída em 19 de abril de 2011, com capital social de R\$ 13.258, patrimônio líquido de R\$ 15.588 (R\$ 15.050 em 2016), e lucro líquido de R\$ 706 (R\$ 272 em 2016).
- **Morada Investimentos S/A** – (participação direta de 20%), com capital social de R\$ 63.248, patrimônio líquido de R\$ 156.591, adquirimos 766.837.782 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, mantidas em tesouraria pelo valor de R\$ 7.016 e 1.666.538.971 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pelo valor total de R\$ 52.984, sendo R\$ 17.076 para aumento de capital e R\$ 35.908 destinados para reserva de capital da companhia. Em 2015, face ao processo de liquidação do Banco Morada S/A (empresa investida da Morada Investimentos S/A) a Capemisa Social realizou a provisão para recuperabilidade da totalidade do investimento. Não foram registradas movimentações na participação na Empresa Morada Investimentos durante o exercício de 2017.

12. Imóveis Destinados a Renda

É demonstrado pelos imóveis de renda, avaliados pelo custo de aquisição e deduzidos da depreciação acumulada calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida útil constante nos laudos de avaliação. Os recursos advindos dos imóveis destinados à renda contribuem integralmente para manutenção das atividades fins da CAPEMISA Instituto de Ação Social.

DETALHAMENTO DAS EDIFICAÇÕES E TERRENOS DA ATIVIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERRENOS	Custo de Aquisição
RUA LINS DE VASCONCELLOS, Nº 58 E RUA 24 DE MAIO, Nº 1181	2.928
RUA LINS DE VASCONCELLOS, Nº 88 - MEIER	798
RUA PHELIPE CALDAS - LOTE 6 - BELFORD ROXO	4
RUA PHELIPE CALDAS - LOTE 7 - BELFORD ROXO	4
RUA PHELIPE CALDAS - LOTE 8 - BELFORD ROXO	4
RUA PHELIPE CALDAS - LOTE 9 - BELFORD ROXO	4
TOTAL	3.742

EDIFICAÇÕES RUA LINS VASCONCELLOS	Custo de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual
RUA LINS DE VASCONCELLOS, Nº 58 E RUA 24 DE MAIO, Nº 1181	12.278	(1.434)	10.844
RUA LINS DE VASCONCELLOS, Nº 88 - MÉIER	165	(50)	115
TOTAL	12.443	(1.484)	10.959

EDIFICAÇÕES RUA PEÇANHA DA SILVA - SÃO PAULO	Custo de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual
RUA PEÇANHA DA SILVA, 360 - JACARÉ	256	(168)	88
RUA PEÇANHA DA SILVA, 360 - JACARÉ	295	(184)	111
TOTAL	551	(352)	199

EDIFICAÇÕES RUA SANTO ANTONIO - SÃO PAULO	Custo de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual
RUA SANTO ANTÔNIO, 234 SP - BOX	3	(3)	-
TOTAL	3	(3)	-

EDIFICAÇÕES RUA SÃO BENTO - SÃO PAULO	Custo de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual
RUA SÃO BENTO, 545 - LJ 29 - SP - PAV. SÃO BENTO	9	(6)	3
RUA SÃO BENTO, 545 - SP - LOJA 24	7	(5)	2
RUA SÃO BENTO, 545 - SP - LOJA 25	7	(5)	2
RUA SÃO BENTO, 545 - SP - LOJA 29	7	(5)	2
RUA SÃO BENTO, 545 - SP - VAGA DE GARAGEM -	6	(4)	2
RUA SÃO BENTO, 545 - SP - VAGA DE GARAGEM - BOX 1	6	(4)	2
RUA SÃO BENTO, 545 - SP - VAGA DE GARAGEM - BOX 2	6	(4)	2
RUA SÃO BENTO, 545 - SP - VAGA DE GARAGEM - BOX 3	6	(4)	2
TOTAL	54	(37)	17

EDIFICAÇÕES RUA SÃO BENTO - SÃO PAULO	Custo de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual
RUA SÃO BENTO, 545 - SP - VAGA DE GARAGEM - BOX 4	6	(3)	3
RUA SÃO BENTO, 545 - SP - VAGA DE GARAGEM - BOX 6	6	(3)	3
RUA SÃO BENTO, 545 - SP - VAGA DE GARAGEM - BOX 7	6	(3)	3
RUA SÃO BENTO, Nº 545 - SP - LOJA 28	7	(5)	2
RUA SÃO BENTO, Nº 545 - SP - LOJAS 201 A 212	138	(91)	47
TOTAL	163	(105)	58

13. Imobilizado

Os componentes do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou valor original, deduzidas as respectivas depreciações, calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica, conforme Instrução Normativa SRF nº 162/1998, bem como Resolução nº 1.177, de 01.01.2010, do Conselho Federal de Contabilidade.

Os terrenos e edificações da CAPEMISA Instituto de Ação Social estão vinculados às atividades fins, assistência social, e os de uso próprio pela administração, os quais estão demonstrados a seguir:

DETALHAMENTO DAS EDIFICAÇÕES E TERRENOS – VINCULADOS À ADMINISTRAÇÃO

EDIFICAÇÕES AVENIDA MARECHAL FLORIANO	Custo de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual
AV. MARECHAL FLORIANO, 19 - VAGA 01	9	(4)	5
AV. MARECHAL FLORIANO, 19 - VAGA 02	9	(4)	5
AV. MARECHAL FLORIANO, 19 - VAGA 03	9	(4)	5
AV. MARECHAL FLORIANO, 19 - VAGA 04	9	(4)	5
AV. MARECHAL FLORIANO, 19 - VAGA 05	9	(4)	5
TOTAL	45	(20)	25

EDIFICAÇÕES AVENIDA MARECHAL FLORIANO	Custo de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual
AV. MARECHAL FLORIANO, 19 - SALÃO 301	362	(127)	235
AV. MARECHAL FLORIANO, 19 - SALÃO 401	353	(124)	229
TOTAL	715	(251)	464

DETALHAMENTO DAS EDIFICAÇÕES E TERRENOS – VINCULADOS À ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDIFICAÇÕES AVENIDA RIO BRANCO	Custo de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual
AV. RIO BRANCO, 37/10º - SALAS 1001 A 1004	473	(312)	161
AV. RIO BRANCO, 37/10º - SALAS 1001 A 1004	78	(43)	35
TOTAL	551	(355)	196

DETALHAMENTO DAS EDIFICAÇÕES E TERRENOS – VINCULADOS À ATIVIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CASA DO LAR FABIANO DE CRISTO (LFC) - MATO ALTO	Custo de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual
ESTRADA DO MATO ALTO, 215 - CAMPO GRANDE	124	(82)	42
TOTAL	124	(82)	42

UNIDADE DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSO LFC - SÍTIO QUEIMADOS	Custo de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual
SÍTIOQUEIMADOS - MARECHAL MATTOS	515	(452)	63
TOTAL	515	(452)	63

CASA LFC - UNIDADE DE PROMOÇÃO INTEGRAL	Custo de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual
UPI FRANCISCO DE ASSIS - AUSTIN RJ	2.722	(635)	2.087
UPI IRMÃO PALMINHA - GOVERNADOR VALADARES - MG	1.315	(307)	1.008
UPI MÃE MAROCAS - DUQUE DE CAXIAS - RJ	1.999	(466)	1.533
UPI IRACEMA - RIO DE JANEIRO	3.545	(827)	2.718
UPI MUSTAFÁ - COLATINA - ESPÍRITO SANTO	1.253	(303)	950
UPI LISIAS - BELFORD ROXO - RIO DE JANEIRO	273	(64)	209
TOTAL	11.107	(2.602)	8.505

CASA - LFC TERRENOS DA UNIDADE DE PROMOÇÃO INTEGRAL	Custo de Aquisição
UPI FRANCISCO DE ASSIS - AUSTIN RJ	441
UPI MÃE MAROCAS - DUQUE DE CAXIAS - RJ	1.799
UPI - IRACEMA - RIO DE JANEIRO	534
UPI LISIAS - BELFORD ROXO - RIO DE JANEIRO	110
UPI IRMÃO PALMINHA - GOVERNADOR VALADARES - MG	2.380
UPI MUSTAFÁ - COLATINA ESPÍRITO SANTO	784
TOTAL	6.048

DEMAIS TERRENOS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	Custo de Aquisição
SÍTIO QUEIMADOS - MARECHAL MATTOS	20
ESTRADA DO MATO ALTO, 215 - CAMPO GRANDE	45
RUA PEÇANHA DA SILVA, 360 - JACARÉ	55
SÍTIO QUEIMADOS - MARECHAL MATTOS	16
TOTAL	136

Demonstrativo do Imobilizado Líquido (em milhares de R\$):

Item	Valor Contábil Líquido 2016	Aquisições de Imobilizado 2017	Baixas de Imobilizado 2017	Depreciação Acumulada 2017	Ativo Líquido 2017
Terrenos	6.184	-	-	-	6.184
Edificações	9.972	-	-	(677)	9.295
Telecomunicações	4	-	(1)	(1)	2
Refrigeração	6	-	(1)	(1)	4
Outros Maquinários e Equipamentos	2	-	-	(1)	1
Equipamentos de Informática	33	-	(3)	(14)	16
Software	43	-	-	(9)	34
Móveis, Máquinas e Utensílios Diversos	48	-	(5)	(7)	36
Total	16.292	-	(10)	(710)	15.572

14. Dividendos

Os valores destacados a seguir referem-se a captações de recursos para subsidiar a atividade de assistência social, advindas dividendos recebidos dos investimentos que a entidade participa.

Descrição	2017	2016
Dividendos recebidos	5.289	1

15. Provisões para Contingências

Em 31 de dezembro de 2017 está representada por ações trabalhistas com risco de perda provável conforme opinião dos advogados, montando R\$ 12.613 mil.

- a) **Contingências cíveis** – A Entidade é ré em processo de ação de responsabilidade civil intentada por Massa Falida do Banco Morada S/A, considerado pelos advogados patrocinadores da causa como possível de perda. Porém até a presente instância (1ª Instância), a decisão foi favorável a Entidade visto que a mesma não possuía comprovada participação na Administração do Banco Morada e conseqüentemente não possuía responsabilidade solidária pela situação que culminou na decretação da liquidação extrajudicial do Banco Morada.
- b) **Contingências fiscais** – A Capemisa Social possui processos fiscais em discussão na esfera administrativa da Receita Federal. Os advogados classificam a probabilidade de perda na esfera administrativa como possível. A Administração entende que na hipótese de perda na esfera administrativa, as chances de êxito na esfera judicial demonstram-se mais promissoras considerando o entendimento firmado pelo Conselho Municipal de Assistência Social do município do Rio de Janeiro revogou o cancelamento de sua inscrição como entidade de assistência social, ratificando a aprovação de sua inscrição retroagindo seus efeitos os exercícios de 2013, 2014 e 2015, por meio da resolução nº 02/2016.
- c) **Contingências trabalhistas** – A Capemisa Social possui ações judiciais trabalhistas. Os advogados classificam a probabilidade de perda provável.

15.a – VALORES A PAGAR

A rubrica é composta por contingências cíveis, fiscais, trabalhistas e regulamentares provenientes da apuração do saldo a pagar ao comprador da antiga empresa investida denominada Salutar.

16. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2017, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros conforme demonstrados a seguir:

- Reconhecimento dos valores a reembolsar à WA Participações Ltda correspondentes a sinistros da Salutar cujos fatos geradores ocorreram até março/2014 e os pagamentos foram realizados pela WA Participações Ltda nos anos de 2015 e 2016.
- Reconhecimento reflexo dos ajustes da Investida Capemisa Seguradora;

Os efeitos nas demonstrações financeiras de 1º/01/2016 e 31/12/2016 estão demonstrados a seguir:

Composição de Saldo	Balço Ajustado					
	01.01.2016			31.12.2016(*)		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante	7.554	-	7.554	928	-	928
Ativo não circulante	277.072	(13.673)	263.399	307.286	(14.664)	292.622
Realizável a longo prazo	5.451	-	5.451	5.794	-	5.794
Investimentos	253.890	(13.673)	240.217	285.201	(14.664)	270.537
Participações societárias	237.589	(13.673)	223.916	269.560	(14.664)	254.896
Imobilizado	17.731	-	17.731	16.291	-	16.291
Total do Ativo	284.626	(13.673)	270.953	308.214	(14.664)	293.550

(*) Incluindo dos ajustes de 01.01.2016

Composição de Saldo	Balço Ajustado					
	01.01.2016			31.12.2016(*)		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Passivo Circulante	612	-	612	422	2.995	3.417
Valores a pagar	-	-	-	-	2.995	2.995
Passivo não circulante	1.101	3.895	4.996	12.613	912	13.525
Patrimônio líquido	282.913	(17.568)	265.345	295.179	(18.571)	276.608
Superávits acumulados	282.913	(17.568)	265.345	295.179	(18.571)	276.608
Total do Passivo	284.626	(13.673)	270.953	308.214	(14.664)	293.550

(*) Incluindo dos ajustes de 01.01.2016

Demonstração do Resultado Ajustada

Descrição	31.12.2016		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total da receita operacional bruta	1.426	-	1.426
Total das despesas operacionais	(9.614)	-	(9.614)
Investimentos em controladas e coligadas (equivalência patrimonial)	33.368	(991)	32.377
Despesas financeira	(2)	-	(2)
Total das outras despesas patrimoniais	(11.516)	(12)	(11.528)
Deficit do exercício	13.662	(1.003)	12.659

Demonstração dos Fluxos de Caixa Ajustados

Descrição	31.12.2016		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Atividades operacionais			
Superávit (Déficit) do exercício	13.662	(1.003)	12.659
Resultado de equivalência patrimonial	33.368	991	34.359
Redução (Aumento) de Fornecedores e Outras contas a pagar	(288)	12	(276)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(1.060)	-	(1.060)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	705	-	705
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	-	-	-
Redução líquida das disponibilidades			-

Janete Maria de Cerqueira Figueiredo
Diretora Presidente

Arnaldo Santos de Oliveira
Contador - CRC-RJ 059.910/O-7